

**PROTOCOLO DE EXECUÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À
REDUÇÃO TARIFÁRIA 2022 – 2 MEDIDAS**

entre o

Município de Ponte de Lima

e a Empresa de Transportes Courense, Lda.

ENTRE

Município de Ponte de Lima, com o NIF 506 811 913, com sede na Praça da República, neste ato representada por Vasco Nuno Magalhães Velho de Almeida Ferraz, como 1.º Outorgante enquanto Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima

e

Empresa de Transportes Courense, Lda, com o NIF 500 097 755, com sede na Rua Heróis do Ultramar, n.º 13, 4940 – 540 Paredes de Coura, neste ato representado por Ivo Pereira da Cunha, Gerente, como 2.º Outorgante;

CONSIDERANDO QUE:

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril e posteriores alterações nomeadamente as efetuadas através do Decreto-Lei n.º 104/2021 de 27 de novembro e Decreto-Lei n.º 42-A/2022 de 30 de junho, desde o início da pandemia da doença COVID -19, o Governo tem vindo a adotar uma série de medidas de combate à pandemia, seja numa perspetiva epidemiológica, seja numa perspetiva de apoio social e económico às famílias e às empresas, com o intuito de mitigar os respetivos efeitos adversos. Neste contexto, atenta a evolução da situação epidemiológica e por forma a dar a melhor resposta possível às necessidades sentidas em cada momento, têm sido tanto aprovadas novas medidas, como introduzidos ajustamentos a medidas já aprovadas. O Decreto-Lei n.º 42-A/2022 de 30 de junho, vem prorrogar a autorização da utilização das verbas do PART para o financiamento de transportes essenciais até 31/12/2022, nos termos e condições do referido diploma.




Os diplomas definiram e introduziram ajustamentos aos procedimentos inerentes ao Programa de Apoio à Redução Tarifária e ao Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público, no sentido de possibilitarem apoio aos serviços de transporte público essenciais, bem com, reconheceu a necessidade do pagamento das indemnizações compensatórias do passe 4_18@escola.tp, do passe sub23@superior.tp e do passe Social+, para que as empresas pudessem continuar a prestar o serviço público de transporte coletivo de passageiros com menos constrangimentos financeiros.

É celebrado, e reciprocamente aceite, o presente protocolo para que estabelece os termos da parceria ora firmada entre as entidades supracitadas, no âmbito das suas atribuições e das atividades desenvolvidas, no superior interesse do serviço público, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(objeto)

O presente Protocolo estabelecido entre as entidades outorgantes tem como objeto a articulação para operacionalização do Plano de aplicação do PART, nos serviços de transporte público rodoviário coletivo de passageiros que envolvam utentes, que residem e/ou habitam no Município de Ponte de Lima, local de origem da primeira viagem do dia, de determinado serviço de natureza, municipal, intermunicipal e/ou inter-regional.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Compensação da comparticipação em 100 % do custo do passe aos alunos do ensino secundário – Medida PART 2022)

O custo associado à aplicação dos descontos será compensado pela Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima à Empresa de Transportes Courense, Lda., nos seguintes termos:

- i) O valor mensal a pagar pela Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima no âmbito do PART, terá por referência os dados reais disponibilizados pela Empresa de Transportes Courense, Lda., relativos às tipologias de títulos em causa e referentes ao mês de transporte;
- ii) A comparticipação da Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima será diretamente paga às entidades que operem o serviço de transporte até ao limite global da



medida de **40 336,45 €**, de setembro até ao final do ano de 2022, considerando-se assim o ano letivo de 2022/2023 para o ano de 2022.

iii) Para o ano de 2023 e até ao termo do ano letivo 2022/2023, caso não se verifique a continuidade do apoio do PART à presente medida, o Município de Ponte de Lima garantirá a realização da mesma através do orçamento municipal, no valor global da medida de **67 436,26 €** e até final de junho de 2023;

iv) A Empresa de Transportes Courense, Lda., acorda, que caso o valor dos títulos ultrapasse os valores mencionados nas alíneas anteriores, as empresas mantêm o programa e a Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima assegura as respetivas diferenças;

v) Esta medida entra em vigor na data de assinatura do presente Protocolo, produzindo efeitos retroativos, a 1 de setembro de 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Compensação da comparticipação em 40% na aquisição de passes sociais – Medida PART 2022)

O custo associado à aplicação dos descontos será compensado pela Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima à Empresa de Transportes Courense, Lda., nos seguintes termos:

i. O valor mensal a pagar pela Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima no âmbito do PART, terá por referência os dados reais disponibilizados pela Empresa de Transportes Courense, Lda., relativos à tipologia do título em causa e referente ao mês da prestação dos serviços de transporte;

ii. A comparticipação da Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima será diretamente paga às entidades que operem o serviço de transporte até ao limite global da medida de **15.000,00 €**, até ao final do ano de 2022;

iv A Empresa de Transportes Courense, Lda., acorda, que caso o valor dos títulos ultrapasse na globalidade os valores mencionados nas alíneas anteriores, as empresas mantêm o programa e a Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima assegura as respetivas diferenças apenas, no que à presente medida diz respeito, até final do ano de 2022;

v. Esta medida entra em vigor na data de assinatura do presente Protocolo, produzindo efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2022.



Município
de
PONTE DE LIMA

CLÁUSULA QUARTA

(Operacionalização e divulgação dos descontos do PART 2022)

- i. As partes comprometem-se a colaborar na boa operacionalização e divulgação do plano de aplicação do PART, devendo a aplicação dos descontos previstos na Cláusulas 2.^a e 3.^a ser divulgada como campanha promocional associada ao PART;
- ii. O acesso ao PART, por parte dos utentes, no âmbito da medida estipulada na cláusula 2.^a opera-se no momento em que são requeridos pelas respetivas estabelecimentos de ensino secundário de Ponte de Lima ao Operador, desde que previamente validados pela Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima. O Operador deverá comprovar junto da Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima a validação da referida lista antes da emissão dos passes;
- iii. O acesso ao PART, por parte dos utentes, no âmbito da medida estipulada na cláusula 3.^a, é feito mediante requerimento diretamente à Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima, que, por sua vez, comunicará ao operador os casos aos quais tenha sido atribuído o benefício;
- iv. O Operador envia à Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima, uma listagem em formato. xls relativa aos títulos a compartilhar de forma a que seja possível à Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima emitir a respetiva Requisição Externa da Despesa, devendo essa mesma informação conter:
 - a) Para os passes escolares dos alunos do ensino secundário: pelo menos, o mês de referência, indicação nominativa do aluno, o n.º do título, tipo de assinatura, origem, destino, valor da tarifa;
 - b) Para os passes sociais: pelo menos, o mês de referência, o n.º do título, tipo de assinatura, origem, destino, escalão quilométrico, valor da tarifa, valor da tarifa com desconto e percentagem de desconto.
- v. A operadora de transporte acorda colaborar com a Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima, comprometendo-se a enviar mensal os seguintes elementos:
 - a) Vendas e receita total, por tipo de título de transporte disponibilizado ao abrigo do PART;
 - b) Outros elementos necessários que venham a ser requeridos pelo IMT e/ou Fundo Ambiental.



- vi. A Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima, transferirá os montantes constantes da fatura emitida, na sequência do ponto anterior;
- vii. A emissão da fatura referida no número anterior só poderá acontecer após a receção por parte da Empresa de Transportes da respetiva requisição Externa da Despesa emitida pela Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima;
- viii. O pagamento à Empresa de Transportes Courense, Lda. da compensação pelos descontos atribuídos no âmbito do PART, desde que verificadas as alíneas anteriores, será efetuado pela Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima, no prazo de 30 dias, após a data da fatura, através de transferência bancária, para a conta e dados que a Empresa de Transportes Courense, Lda. indicar à Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima;
- ix. Os custos físicos e tecnológicos da operacionalização do PART, em particular os relativos às atualizações tecnológicas para acomodar novas tarifas, são da inteira responsabilidade do Operador;
- x. O presente protocolo poderá ser revisto no final de cada trimestre caso se verifique um aumento de procura superior ao inicialmente previsto;
- xi. O fecho de contas relativo ao último trimestre do ano, será efetuado na última quinzena do mês de dezembro, devendo a informação ser remetida à Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima, até ao dia 15 de dezembro, sob pena de as respetivas compensações em falta não serem executadas.

CLÁUSULA QUINTA

(vigência)

- i. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, produzindo efeitos retroativos a 1 de setembro de 2022, até ao final do ano letivo 2022/2023 para o estipulado na Cláusula 2.ª e até 31/12/2022 para o estipulado na Cláusula 3.ª.
- ii. O Protocolo poderá ser revisto, no caso de se alterarem as condições nomeadamente para revisão dos níveis de desconto e respetiva abrangência, podendo ainda ser alargado a outras ações e medidas caso as entidades outorgantes assim o entendam;
- iii. O Protocolo pode ser denunciado a qualquer momento por qualquer uma das Partes, desde que comunicado por escrito, à outra Parte, com uma antecedência mínima de 60 dias seguidos;

iv. O Protocolo poderá ser modificado, no todo ou em parte, por comum acordo entre as Partes.

CLAUSULA SEXTA

(Incumprimentos)

Em caso de incumprimento do presente protocolo as partes obrigam-se a devolver à Autoridade de Transportes Municipal de Ponte de Lima todos os montantes recebidos no âmbito do programa em referência, no prazo de 30 dias após a verificação do incumprimento.

O presente Protocolo de Cooperação foi feito em dois (ou mais) exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Ponte de Lima, 20 de setembro, de 2022.

(Primeiro Outorgante)

Pela Autoridade de Transportes
Municipal de Ponte de Lima



(Vasco Nuno Magalhães Velho de Almeida
Ferraz)

(Segundo Outorgante)

Pela Empresa de Transportes Courense, Lda.



(Ivo Pereira da Cunha)

ACORDO

RELATIVO ÀS REGRAS DE ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR OBRIGAÇÕES DE
SERVIÇOS MÍNIMOS ESSENCIAIS AO OPERADOR - 2022



Município
de
PONTE DE LIMA

CONSIDERANDO QUE:

- a) Desde o início da pandemia da doença COVID -19, o Governo adotou uma série de medidas de combate à Pandemia, seja numa perspetiva epidemiológica, seja numa perspetiva de apoio social e económico às famílias e às empresas, com o intuito de mitigar os respetivos efeitos adversos.
- b) Em conformidade as sucessivas declarações de estado e emergência e respetiva regulamentação as autoridades de transporte locais, previstas na Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, devem proceder à articulação com os respetivos operadores de transportes, no sentido de adequar a oferta à procura e às necessidades de transporte, salvaguardando a continuidade do serviço público essencial;
- c) A definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID foram concretizados através do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril e posteriores alterações nomeadamente as efetuadas através do Decreto-Lei n.º 104/2021 de 27 de novembro e Decreto-Lei n.º 42-A/2022 de 30 de junho.
- d) O Decreto-Lei n.º 42-A/2022 de 30 de junho, define que a atribuição de financiamento ao abrigo do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, apenas pode ocorrer para compensar os operadores de transporte de passageiros pela realização dos serviços de transporte público essenciais que sejam definidos pelas autoridades de transportes previstas na Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual, e que, decorrentes das medidas excecionais de proteção da saúde pública adotadas que produzem efeitos desde a declaração do estado de emergência, sejam deficitários do ponto de vista da cobertura dos gastos operacionais pelas receitas da venda de títulos de transporte, até 31 de dezembro de 2022.

E na sequência:

- 1) Da aceitação da minuta do Acordo pela Empresa de Transportes Courense, Lda., através da pronúncia submetida por e-mail datado de 14 de setembro de 2022, no âmbito do procedimento administrativo iniciado formal e oficiosamente pela Câmara Municipal de Ponte de Lima através da deliberação n.º, nos termos do artigo 201.º do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, e do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho;
- 2) Da decisão de prorrogação das Autorizações Provisórias adotadas em 14/12/2021 pela Câmara Municipal no âmbito do procedimento administrativo pré- contratual.

Município
de
PONTE DE LIMA

O Município de Ponte de Lima (doravante, CONTRAENTE PÚBLICO), pessoa coletiva n.º 506 811 913 com sede na Praça da República, 4990-062 Ponte de Lima aqui representado por Vasco Nuno Magalhães Velho de Almeida Ferraz, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e nos termos deliberado pela Câmara Municipal na sua reunião de 20 de setembro de 2022.

E

Empresa de Transportes Courense, Lda. (doravante, COCONTRATANTE), pessoa coletiva n.º 500 097 755, com sede na Rua Heróis do ultramar, n.º 13, 4940-540, Paredes de Coura, neste ato representado por Ivo Pereira da Cunha, Gerente com os necessários poderes de representação.

Conjuntamente designados Partes,

Celebram, de comum acordo, o presente **“ACORDO RELATIVO ÀS REGRAS DE ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR OBRIGAÇÕES DE SERVIÇOS MÍNIMOS ESSENCIAIS AO OPERADOR** (doravante, Acordo), cujas despesas inerentes, no valor diário de (cêntimos), são asseguradas pelas dotações orçamentais da Câmara Municipal de Ponte de Lima cabimentadas para o efeito, com o número de cabimento 5496/2022, emitido nos termos da legislação aplicável, e que se rege pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Acordo tem como objeto a atribuição de financiamento ao abrigo do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, para compensar os operadores de transporte de passageiros pela realização dos serviços de transporte público essenciais que sejam definidos pelas autoridades de transportes previstas na Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual, e que, decorrentes das medidas excecionais de proteção da saúde pública adotadas que produzem efeitos desde a declaração do estado de emergência, sejam deficitários do ponto de vista da cobertura dos gastos operacionais

Município
de
PONTE DE LIMA

pelas receitas da venda de títulos de transporte, até 31 de dezembro de 2022.

Assim, nos termos e para os efeitos do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, do n.º 1 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, do artigo 201.º do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 do artigo 3.º, do artigo 6.º e do Anexo ao Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, e dos artigos 23.º e 24.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela referida Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (doravante, “RJSPTP”):

- a) a fixação de obrigações de serviços de transporte público essenciais e estabelecimento dos termos e condições relativos à sua exploração (inerente às linhas previstas no Anexo I ao presente Acordo) pelo COCONTRATANTE no território abrangido pelo CONTRAENTE PÚBLICO ao abrigo do respetivo título de concessão outorgado nos termos do Regulamento de Transportes em Automóveis, atualmente objeto de manutenção transitória por força da autorização emitida pelo CONTRAENTE PÚBLICO, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (doravante, “Autorização Provisória”);
- b) a atribuição ao COCONTRATANTE de uma compensação pelas obrigações de serviço público impostas nos termos da alínea anterior.

Cláusula 2.ª

Duração

1. Sem prejuízo de outras condições legais de eficácia, o presente Acordo produz efeitos a partir das 00h00m do dia 1de janeiro de 2022, portanto, com efeitos retroativos em relação à data da sua assinatura devido ao facto de os serviços por ele cobertos estarem já a ser prestados por imperativo de interesse público desde essa data.
2. O presente Acordo tem como termo resolutivo a extinção, por qualquer causa, da Autorização Provisória ou o início de operação efetiva da operação objeto do contrato de serviço público (doravante, “Contrato de Serviço Público”) a adjudicar pelo CONTRAENTE PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no RJSPTP e no Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, consoante o que ocorra em primeiro lugar.



CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

Cláusula 3.ª

Obrigações gerais de operação do COCONTRATANTE

1. Ao longo da vigência do presente Acordo, o COCONTRATANTE obriga-se a assegurar a realização contínua dos serviços de transporte público rodoviário de passageiros essenciais inerentes às linhas previstas no Anexo I ao presente Acordo, cumprindo integralmente, para além das condições legais e regulamentares imperativas aplicáveis, as seguintes obrigações:

- a) Garantir a boa execução dos serviços inerentes às linhas previstas no Anexo I, de forma regular e contínua, de modo a assegurar um serviço público de transporte de passageiros de qualidade, rápido, seguro e eficiente;
- b) Operar as linhas previstas no Anexo I, de acordo com os percursos, horários e frequências previstos no Anexo II ao presente Acordo;
- c) Cumprir os objetivos de desempenho, de acordo com o Anexo III ao presente acordo;
- d) Adaptar, sob autorização prévia do CONTRAENTE PÚBLICO, os percursos e horários dos serviços, em função dos planos de transporte escolares aplicáveis e com os calendários escolares dos estabelecimentos de ensino servidos por algumas das linhas previstas no Anexo I;
- e) Requerer, custear, obter e manter todas as licenças e autorizações necessárias à realização dos serviços;
- f) Prestar os serviços a todos os passageiros, sem qualquer discriminação quanto às condições de acesso e de realização, para além das que sejam impostas pelo regime tarifário e pela lei;
- g) Assegurar a existência e manutenção em vigor das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva e completa cobertura dos riscos inerentes à operação dos serviços, incluindo, mas sem limitar, os seguros obrigatórios ao abrigo da legislação aplicável, celebradas com empresas de seguros devidamente autorizadas para o exercício da atividade seguradora;



- h) Não interromper o desenvolvimento dos serviços inerentes às linhas previstas no Anexo I, salvo autorização prévia e expressa pelo CONTRAENTE PÚBLICO;
 - i) Colaborar lealmente com o CONTRAENTE PÚBLICO no âmbito da preparação do concurso público tendente à celebração do Contrato de Serviço Público e da execução deste contrato
2. Em virtude de qualquer estado de emergência decretado ou renovado pelos órgãos competentes a operação será adequada às regras que devido à mesma foram determinadas.

Cláusula 4.ª

Relações com os passageiros

Na sua relação com os passageiros, para além das demais obrigações previstas na lei, o COCONTRATANTE e os respetivos recursos humanos devem:

- a) Zelar pelo cumprimento dos horários e pela correta aplicação do sistema tarifário e de títulos de transporte;
- b) Garantir que todos os passageiros detenham títulos de transporte válidos;
- c) Disponibilizar aos passageiros, através de meios de comunicação adequados e eficientes, sobretudo a sua página de internet, todas as informações atualizadas respeitantes a horários, percursos, itinerários, tarifários, títulos de transporte, postos de venda, meios de reclamação e queixas, e condições de utilização do serviço, em observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente do disposto no n.º 3 do artigo 40.º do RJSPPT, no n.º 9 do artigo 7.º da Portaria n.º 298/2018, de 19 de novembro, e no Capítulo II do Regulamento n.º 430/2019, de 16 de maio, e do presente Caderno de Encargos;
- d) Comunicar aos passageiros todas as alterações imprevisíveis causadas à operação dos serviços, com a maior brevidade possível e através dos meios mais adequados e eficazes para o efeito em face das circunstâncias concretas;
- e) Divulgar aos passageiros as seguintes informações relativas ao funcionamento das atividades concedidas objeto do Contrato de Serviço Público, a disponibilizar pelo CONTRAENTE PÚBLICO, de acordo com as instruções dadas por este:
 - i) Data do início de operação efetiva das atividades concedidas objeto do Contrato de Serviço Público; e
 - ii) Aceitação ou não dos títulos de transporte que os passageiros adquiram ao

Município
de
PONTE DE LIMA

COCONTRATANTE para a utilização dos serviços abrangidos no Contrato de Serviço Público

Cláusula 5.ª

Obrigações de informação

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes e das demais obrigações de informação e de reporte previstas na lei e em normas regulamentares, designadamente as previstas no artigo 22.º do RJSPTP, o COCONTRATANTE obriga-se a prestar ao CONTRATANTE PÚBLICO todas as informações e todos os esclarecimentos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução do presente Acordo, que lhe sejam solicitados pelo CONTRATANTE PÚBLICO, e no prazo que venha a ser razoavelmente fixado por este.
2. Até ao dia 30 (trinta) de cada mês de execução do presente Acordo, o COCONTRATANTE deve entregar, por iniciativa própria, ao CONTRAENTE PÚBLICO relatórios mensais com todas as informações desagregadas previstas no anexo ao Regulamento n.º 430/2019, de 16 de maio, por referência aos serviços inerentes às linhas previstas no Anexo I realizados no mês imediatamente anterior.
3. Recebidas as informações e os esclarecimentos prestados pelo COCONTRATANTE nos termos previstos na presente cláusula, o CONTRAENTE PÚBLICO pode ainda solicitar àquele a apresentação de quaisquer esclarecimentos, elementos adicionais e informações de suporte que considere importantes para uma análise adequada da informação recebida.

CAPÍTULO II

COMPENSAÇÃO POR OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

Cláusula 6.ª

Atribuição de compensação e termos de pagamento

1. A compensação da retoma da procura do transporte público coletivo atribuída ao COCONTRATANTE ao abrigo da presente cláusula constitui a única contrapartida que lhe é devida pelo CONTRAENTE PÚBLICO pelo cumprimento do presente Acordo.
2. O valor a pagar pelo CONTRAENTE PÚBLICO no âmbito das compensações da retoma da procura

do transporte público coletivo, terá como referência o montante solicitado pelo COCONTRATANTE, o qual permitirá ao CONTRAENTE PÚBLICO emitir a respectiva Requisição Externa da Despesa;

3. O valor referido no ponto anterior deverá ser justificado pelo COCONTRATANTE através do envio da seguinte informação detalhada por linha, a qual será verificada pelos Serviços do CONTRAENTE PÚBLICO:

- a) O valor do custo diário para o serviço inerente a cada uma das linhas ativadas previstas, de acordo com o Anexo I, que se encontra em conformidade com o custo médio razoável para este tipo de serviço no concelho;
- b) O número de dias no mês em referência em que o serviço inerente a cada uma das linhas ativadas previstas no Anexo I foi realizado;
- c) A receita tarifária do mês em referência, do recebimento do valor relativo aos bilhetes de assinatura que lhe são requisitados nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e de outras subvenções atribuídas por outras entidades públicas nos termos da lei;

4. A receita das linhas ativadas será deduzida no valor da compensação a pagar ao COCONTRATANTE. Este acerto de valores será feito mensalmente e deverá ter em consideração o ano económico, ou seja, as receitas geradas e as compensações efetuadas para o período em que a medida esteja em vigor para o ano económico em causa. Assim, o superavit gerado num mês pelas linhas ativadas poderá, se superior ao valor da compensação do mês a que se reporta, ser deduzido no valor das compensações dos meses seguintes. O acerto final deverá ser realizado até 30 de março de 2023.

5. A compensação a pagar não pode exceder o montante necessário para a cobertura do efeito financeiro líquido sobre os custos e as receitas decorrentes da execução das obrigações de serviços transporte público essenciais, tendo em conta as respetivas receitas, conservadas pelo operador de serviço público, e um lucro razoável;

6. O pagamento ao COCONTRATANTE decorrente pela ativação dos serviços mínimos em causa será efetuado pelo CONTRAENTE PÚBLICO, no prazo de 60 dias, após a data da fatura, através de transferência bancária, para a conta e dados que o COCONTRATANTE. Indicar.

7. A emissão da fatura referida no número anterior só poderá ser realizada após a receção por parte do COCONTRATANTE da respetiva Requisição Externa da Despesa emitida pelo CONTRAENTE PÚBLICO



8. A comparticipação do CONTRAENTE PÚBLICO será diretamente paga às entidades que operem o serviço de transporte público inerente aos Acordos a celebrar até ao limite global da despesa estimada de **1 098 467,13 € para o ano de 2022**.

9. O período a considerar para o presente efeito, comprovado pela entrada em funcionamento das carreiras no contexto de serviços mínimos essenciais, deverá ser indicado pelo COCONTRATANTE e validado pelo CONTRAENTE PÚBLICO, devendo estar compreendido entre o dia 1 de janeiro ao dia 31 de dezembro de 2022 podendo a data de conclusão ser objeto de alteração sendo alargada, no caso de não ser retomada a normalidade do funcionamento do transporte público de passageiros, por força da implementação de novas medidas que venham a ser indicadas pelo Governo que lhe confirmam o necessário enquadramento legal, ou antecipada no caso da contratualização e entrada em funcionamento da “Prestação do Serviço Público de Transportes Rodoviários de Passageiros na CIM Alto Minho”.

10. O valor a pago pelo CONTRAENTE PÚBLICO no âmbito das presentes compensações fica sujeito a validação pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes; em caso de se constatar a sobrecompensação ou sobreposição de apoios e compensações ou a desproporcionalidade face à oferta de serviços de transportes disponibilizados, é determinada, até ao final de 2022, a devolução por parte do COCONTRATANTE de montantes ou o acerto de contas em pagamentos subsequentes ao CONTRAENTE PÚBLICO.

Cláusula 7.ª

Sistemas contabilísticos e sobrecompensação

1. O COCONTRATANTE deve dispor de sistemas contabilísticos que permitam a apresentação adequadamente desagregada da informação contabilística, por gasto, rendimento e linha, com tratamento autónomo e transparente das receitas e despesas relacionadas com o exercício das atividades pelo COCONTRATANTE não abrangidas nos serviços inerentes às linhas previstas no Anexo I.

2. O CONTRAENTE PÚBLICO deve proceder, nos termos do disposto na presente cláusula, ao ajustamento dos pagamentos previstos no presente Acordo quando se verificarem situações de sobrecompensação decorrentes de benefícios financeiros supervenientes favoráveis ao COCONTRATANTE, independentemente da origem ou causa desses benefícios, nos termos da legislação aplicável, em especial no Regulamento (CE) n.º 1370/2007.

Cláusula 8.ª



Proteção de dados pessoais

O COCONTRATANTE deve cumprir, a todo o momento e em qualquer tratamento de dados pessoais, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e dos dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, bem como as deliberações que contenham recomendações da Comissão Nacional de Proteção dos Dados Pessoais.

CAPÍTULO III

DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO ACORDO PELO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 9.ª

Direção e fiscalização pelo CONTRAENTE PÚBLICO

1. O CONTRAENTE PÚBLICO detém, nos termos previstos na lei e no presente Acordo, poderes de direção e fiscalização do cumprimento das obrigações do COCONTRATANTE, sem que tal envolva qualquer responsabilidade do CONTRAENTE PÚBLICO pelas tarefas inerentes à realização das prestações previstas no presente Acordo a cargo do COCONTRATANTE, nem exonere o COCONTRATANTE das suas responsabilidades contratuais.
2. A fiscalização do Acordo pelo CONTRAENTE PÚBLICO não dispensa a sujeição da operação dos serviços inerentes às linhas previstas no Anexo I à fiscalização, nos termos da lei, por outras entidades com competência na matéria, designadamente pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes no exercício da sua competência de regulação e fiscalização nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio.

Cláusula 10.ª

Gestor do Acordo

1. Para efeitos de fiscalização e acompanhamento da execução do presente Acordo, o CONTRAENTE PÚBLICO nomeia Carlos Manuel Rodrigues Pereira, como o gestor do Acordo que representa o COCONTRATANTE nos termos previstos no presente Acordo e no seu despacho de nomeação.
2. O gestor do Acordo tem as seguintes competências:
 - a) Verificar o cumprimento das obrigações principais, acessórias e complementares do



COCONTRATANTE;

- b) Assegurar a ligação quotidiana entre o COCONTRATANTE e o CONTRAENTE PÚBLICO;
- c) Elaborar relatórios, a remeter ao CONTRAENTE PÚBLICO, com a periodicidade por este indicada, sobre o desempenho do COCONTRATANTE; e
- d) Acompanhar a realização de inspeções e auditorias.

3. O COCONTRATANTE obriga-se a cooperar com o gestor do Acordo na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo, atuando de boa fé e sem reservas, não podendo invocar o sigilo comercial como causa de rejeição de colaboração.

4. Caso o gestor do Acordo detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Acordo, pode determinar ao COCONTRATANTE que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

CAPÍTULO VI INCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Cláusula 11.ª

Sanções pecuniárias

1. Sem prejuízo da possibilidade da resolução sancionatória do Contrato nos termos do Código dos Contratos Públicos, o MUNICÍPIO pode, com observância das regras previstas nos artigos 325.º e 329.º do Código dos Contratos Públicos e no artigo 45.º do RJSPTP, aplicar multas em caso de incumprimento pela COCONTRATANTE das suas obrigações, incluindo as resultantes de determinações do MUNICÍPIO emitidas nos termos da lei ou do Contrato.
2. Os incumprimentos do COCONTRATANTE, para efeitos do presente regime de penalizações, classificam-se em leves, graves e muito graves.
3. Consideram-se infrações leves, sancionáveis com multa contratual de 50 € a 300 €:
 - a) Não manter em perfeitas condições de higiene e limpeza todos os equipamentos móveis afetos ao serviço;
 - b) A ausência ou incorreção na higiene ou decoro dos funcionários do COCONTRATANTE que tenham contacto direto com os utentes;
 - c) A falta de consideração, respeito ou amabilidade, para com o público por parte dos citados funcionários;

Município
de
PONTE DE LIMA

- d) O atraso atribuído ao COCONTRATANTE no fornecimento de dados de estudo solicitados pela entidade adjudicante;
 - e) A verificação de que num veículo em serviço, algum passageiro carece de bilhete ou título de transporte válido, salvo quando isso se deva a uma circunstância extraordinária ou causa justificada e não à negligência do COCONTRATANTE;
 - f) Consentir que ocorram desvios ao itinerário estabelecido, sem causa justificada e sem reiteração por cada veículo, no mesmo dia;
 - g) Todas as demais situações de incumprimento não tipificadas nas alíneas anteriores e nos n.ºs 4 e 5 que resultem de um comportamento de culpa leve por parte da COCONTRATANTE, seu funcionário ou agente.
4. Consideram-se infrações muito graves, sancionáveis com multa contratual de 301€ a 1500 €:
- a) Cometer três ou mais faltas leves que sejam da mesma natureza;
 - b) Incumprimento do disposto no plano de manutenção da frota;
 - c) A falta de observação do disposto quanto a livros de reclamações;
 - d) Qualquer obstrução do COCONTRATANTE ao trabalho de inspeção da entidade adjudicante;
 - e) A diminuição do serviço estabelecido para cada carreira que se mantenha durante mais de três horas consecutivas, por causa atribuível ao COCONTRATANTE;
 - f) Atrasos atribuíveis à empresa, no início de um serviço ou conclusão do mesmo, superiores a dez minutos por cada veículo, durante dois dias seguidos ou três interpolados durante a mesma semana;
 - g) Adiantamentos no início de um serviço ou conclusão do mesmo, durante dois dias seguidos ou três interpolados durante a mesma semana, por cada veículo;
 - h) Ocorrência de desvios do itinerário estabelecido, sem causa justificada, por cada veículo, em dois dias seguidos ou três interpolados durante a mesma semana;
 - i) O atraso, por parte do COCONTRATANTE, no cumprimento dos prazos expressamente estabelecidos no presente caderno de encargos ou impostos por qualquer disposição legal ou regulamentar, ou decisão administrativa, quando tal atraso se prolongue por mais de metade do prazo estabelecido para o cumprimento.
 - j) Todas as demais situações de incumprimento não tipificadas nas alíneas anteriores e nos n.ºs 3 e 5 que resultem de um comportamento de negligência grosseira por parte da COCONTRATANTE, seu funcionário ou agente.
5. Consideram-se infrações muito graves, sancionáveis com multa contratual de 1.501€ a 5.000 €:
- a) A afetação dos veículos a outras atividades alheias ao objeto do contrato sem consentimento



do CONTRAENTE PÚBLICO;

- b) A cobrança de preços ou tarifas diferentes das aprovadas;
- c) Não admissão ao gozo do serviço de qualquer utente que reúna as condições regulamentares;
- d) Trespasse ou cedência da totalidade, ou parte, dos serviços objeto do contrato a terceiros, sem o consentimento da entidade adjudicante;
- e) Cessação de algum modo do serviço, salvo causa de força maior;
- f) Desobediência das ordens de alteração do serviço, nos termos determinados pela entidade adjudicante;
- g) Adulteração do número de quilómetros realizados ou de passageiros transportados, bem como de qualquer outra informação que deva facultar à entidade adjudicante;
- h) Emissão de bilhetes ou títulos de transporte não autorizados pela entidade adjudicante;
- i) Adulteração da documentação económica que o COCONTRATANTE deva proporcionar;
- j) Utilização, no serviço, de um veículo que não cumpra as licenças necessárias ou as características técnicas definidas e contratualizadas;
- k) Não iniciar os serviços contratados dentro do prazo estipulado para o efeito;
- l) Fraude na execução do serviço;
- m) Falta de comunicação pelo COCONTRATANTE das alterações e anomalias, que ponham em causa o regular e bom funcionamento do serviço;
- n) Atrasos atribuíveis à empresa, no início de um serviço ou conclusão do mesmo, superiores a dez minutos por cada veículo, sempre que essa infração se cometa durante três dias, consecutivos, durante a mesma semana;
- o) Adiantamentos atribuíveis à empresa, no início de um serviço ou conclusão do mesmo, sempre que essa infração se cometa durante três dias consecutivos, durante a mesma semana;
- p) Ocorrência de desvios do itinerário estabelecido, sem causa justificada, por cada veículo, durante três dias consecutivos, durante a mesma semana;
- q) Obstrução reiterada do COCONTRATANTE ao trabalho de inspeção da entidade adjudicante

6. A determinação da medida concreta da multa, dentro dos limites suprarreferidos de cada categoria de infrações, é feita em função da gravidade da infração.

7. No caso de reincidência da mesma infração, os limites mínimo e máximo da multa aplicável são elevados de 50%.

Município
de
PONTE DE LIMA



8. Sem que tal constitua um direito ou sequer uma legítima expectativa da COCONTRATANTE, o CONTRAENTE PÚBLICO pode atenuar ou revogar, total ou parcialmente, qualquer sanção pecuniária aplicada, quando se vier a verificar que a situação de incumprimento foi totalmente recuperada dentro do prazo definido e notificado para tal e que o incumprimento não causou qualquer impacto significativo na realização das atividades incluídas na prestação de serviços.

9. No caso de infrações leves, o CONTRAENTE PÚBLICO pode, consoante a gravidade da infração, substituir a multa contratual pela sanção de simples advertência.

10. No caso de infrações graves ou muito graves, o CONTRAENTE PÚBLICO pode, consoante a gravidade da infração, acumular a aplicação da multa contratual com a sanção de simples advertência.

11. O pagamento das sanções pecuniárias contratuais não isenta a COCONTRATANTE do cumprimento integral do Contrato, nem de responsabilidade criminal, contraordenacional e civil a que eventualmente haja lugar, nem exclui o exercício do poder de fiscalização, de controlo e sancionatório de outras entidades que decorra da lei.

12. Sem prejuízo das sanções previstas nos números anteriores, o não cumprimento dos indicadores de desempenho constantes do Objetivos e Requisitos de Qualidade e Desempenho (Anexo II) determina a ocorrência de uma falha de desempenho, tendo o CONTRAENTE PÚBLICO o direito de proceder à aplicação de sanções pecuniárias, nos termos definidos no referido anexo III.

13. A aplicação de quaisquer sanções pecuniárias está sujeita à audiência prévia da COCONTRATANTE, nos termos previstos na lei.

14. Caso a COCONTRATANTE não proceda ao pagamento de quaisquer sanções pecuniárias no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação pelo CONTRAENTE PÚBLICO da decisão final sobre a aplicação da mesma, este pode executar a caução prestada, fazendo-se ainda pagar pelos respetivos juros de mora.

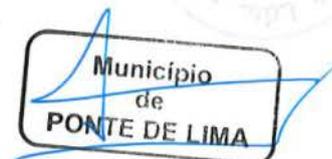
CAPÍTULO VI

EXTINÇÃO DO ACORDO

Cláusula 12.ª Extinção do Acordo

Para além de outros fundamentos na lei ou no presente Acordo, este extingue-se quando se verifique o seu termo resolutivo ou nos casos previstos nas cláusulas seguintes.

Cláusula 13.ª



Resolução do Acordo pelo CONTRAENTE PÚBLICO

1. Para além de outros casos de violação reiterada ou grave, pelo COCONTRATANTE, das disposições legais ou do presente Acordo, o CONTRAENTE PÚBLICO pode resolver unilateralmente o Acordo, sem que o COCONTRATANTE tenha direito a qualquer indemnização, nos seguintes casos:

- a) Ultrapassagem dos limites do valor acumulado das sanções contratuais aplicadas ao COCONTRATANTE, previstos no n.º 3 da Cláusula 11.ª;
- b) Se o COCONTRATANTE, após notificação pelo CONTRAENTE PÚBLICO para o efeito, não cessar, no prazo razoável para o efeito, o incumprimento ou o incumprimento defeituoso de qualquer das suas obrigações contratuais por facto que lhe seja imputável;
- c) Incumprimento pelo COCONTRATANTE de decisões judiciais relativas ao Acordo ou de quaisquer entidades com poderes de regulação sobre as prestações previstas no presente Acordo;
- d) Declaração de insolvência, estado de liquidação, dissolução, sujeição a qualquer medida judicial de recuperação de empresa ou inabilitação judicial ou administrativa do exercício da atividade social relativamente ao COCONTRATANTE;
- e) Condenação do COCONTRATANTE por qualquer delito que afete de forma grave a sua honorabilidade profissional ou que o impeça de cumprir o presente Acordo; e
- f) Exercício, pelo COCONTRATANTE, de prática fraudulenta que lese o interesse público;

2. A resolução opera mediante notificação enviada pelo CONTRAENTE PÚBLICO ao COCONTRATANTE indicando o motivo justificativo da resolução.

3. A resolução do Acordo não prejudica a aplicação de quaisquer outras sanções e responsabilidades legal ou contratualmente previstas.

Cláusula 14.ª

Resolução do Acordo pelo COCONTRATANTE

O COCONTRATANTE pode resolver o presente Acordo nos termos do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS



Cláusula 15.ª Foro competente

Para todos litígios emergentes de interpretação, aplicação e execução do presente Acordo, é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª

Não exoneração de cumprimento

A submissão de qualquer questão ao tribunal não exonera o COCONTRATANTE do pontual cumprimento do Acordo e das determinações do CONTRAENTE PÚBLICO emanadas ao abrigo da lei ou do Acordo, devendo o COCONTRATANTE continuar a executar, de boa-fé, o Acordo, até que uma decisão final definitiva seja proferida pelo tribunal relativamente à matéria em causa.

Cláusula 17.ª

Comunicações entre as Partes

1. Quaisquer comunicações entre as Partes relativas ao presente Acordo são sempre efetuadas por escrito, utilizando um dos seguintes meios:
 - a) Entrega em mão, comprovada por protocolo;
 - b) Carta registada com aviso de receção;
 - c) Correio eletrónico.
2. Todas as comunicações entre as Partes no âmbito do presente Acordo devem ser dirigidas aos seguintes contactos:
 - d) O CONTRAENTE PÚBLICO por e-mail: transportes@cm-pontedelima.pt
 - e) O COCONTRATANTE por e-mail: etcourense@mail.telepac.pt
3. As Partes podem alterar as suas moradas e números indicados, mediante comunicação prévia dirigida à outra Parte, nos termos gerais da presente cláusula.
4. Qualquer comunicação feita por carta registada considera-se recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data de receção indicada pelos serviços postais.
5. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do



respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor, que, na falta deste, se presume no primeiro útil após a data do envio eletrónico com êxito da comunicação.

Cláusula 18.ª

Contagem de prazos

À contagem dos prazos na fase de execução do Acordo são aplicáveis as regras estabelecidas no artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª

Invalidade parcial do Acordo

1. Se alguma das disposições do presente Acordo vier a ser considerada inválida, tal não afeta automaticamente a validade do restante clausulado do mesmo, o qual se mantém plenamente em vigor, salvo quando qualquer das Partes consiga provar que sem esta(s) cláusula(s) não celebraria o presente Acordo ou celebrá-lo-ia nos termos diferentes.
2. No caso de se verificar uma situação de invalidade parcial nos termos do número anterior, as Partes comprometem-se a, de boa fé e pela via amigável, reduzir, converter ou integrar o Acordo, nomeadamente através de eliminar a(s) cláusula(s) inválida(s) ou substituí-las por outra(s), caso necessário, por forma a salvaguardar a plena validade e eficácia do Acordo.

O presente Acordo é composto de 2 (dois) exemplares originais que são assinados e rubricados pelas Partes.

Ponte de Lima, 23 de setembro, de 2022.



Pelo CONTRAENTE PÚBLICO

**Município
de
PONTE DE LIMA**

(O Presidente da Câmara)

Pelo COCONTRATANTE

Ivo Pereira da Cunha

Anexo I

Na tabela seguinte são identificadas as linhas de transporte público de passageiros previstas especificamente neste acordo e respetivos custos estimados:

Estimativa Custos Serviços Mínimos 2022																					
EMPRESAS	LINHAS	VALOR S/IVA	VALOR C/IVA	CMPL	AUTOCARRROS	VALOR/DIA	VALOR/DIA TOTAL	Dias Úteis												VALOR TOTAL (ano)	
								Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		Total
COURENSE	Ponte de Lima - Refoios	250,00 €	265,00 €	100%	1	265,00 €	265,00 €	21	20	22	18	21	20	21	22	22	19	21	20	247	65 455,00 €
	Arcozelo (EBS) - Refoios	250,00 €	265,00 €	100%	1	265,00 €	265,00 €	16	20	22	14	21	10	0	0	12	19	21	10	165	43 725,00 €
	Arcozelo (EBS) - Felgueiras/Arcozelo	250,00 €	265,00 €	100%	1	265,00 €	265,00 €	21	20	22	14	21	10	0	0	12	19	21	10	170	45 050,00 €



Anexo II

Na tabela seguinte apresentam-se os horários e frequências dos serviços, previstos neste acordo:

Nome da Linha	Paragem de início	Paragem de destino	Hora de Início	Hora de Fim	Época	Dias da semana em que circula
Ponte de Lima - Refoios	Refoios	Centro Coordenador de Transportes de Ponte de Lima	08:00H	17:45H	PE	D
Arcozelo (EBS) - Refoios	Refoios	Arcozelo (EBS)	08:00H	17:25H	PE	D
Arcozelo (EBS) - Felgueiras /Arcozelo	Felgueiras	Arcozelo (EBS)	07:40HH H	17:30H	PE	D

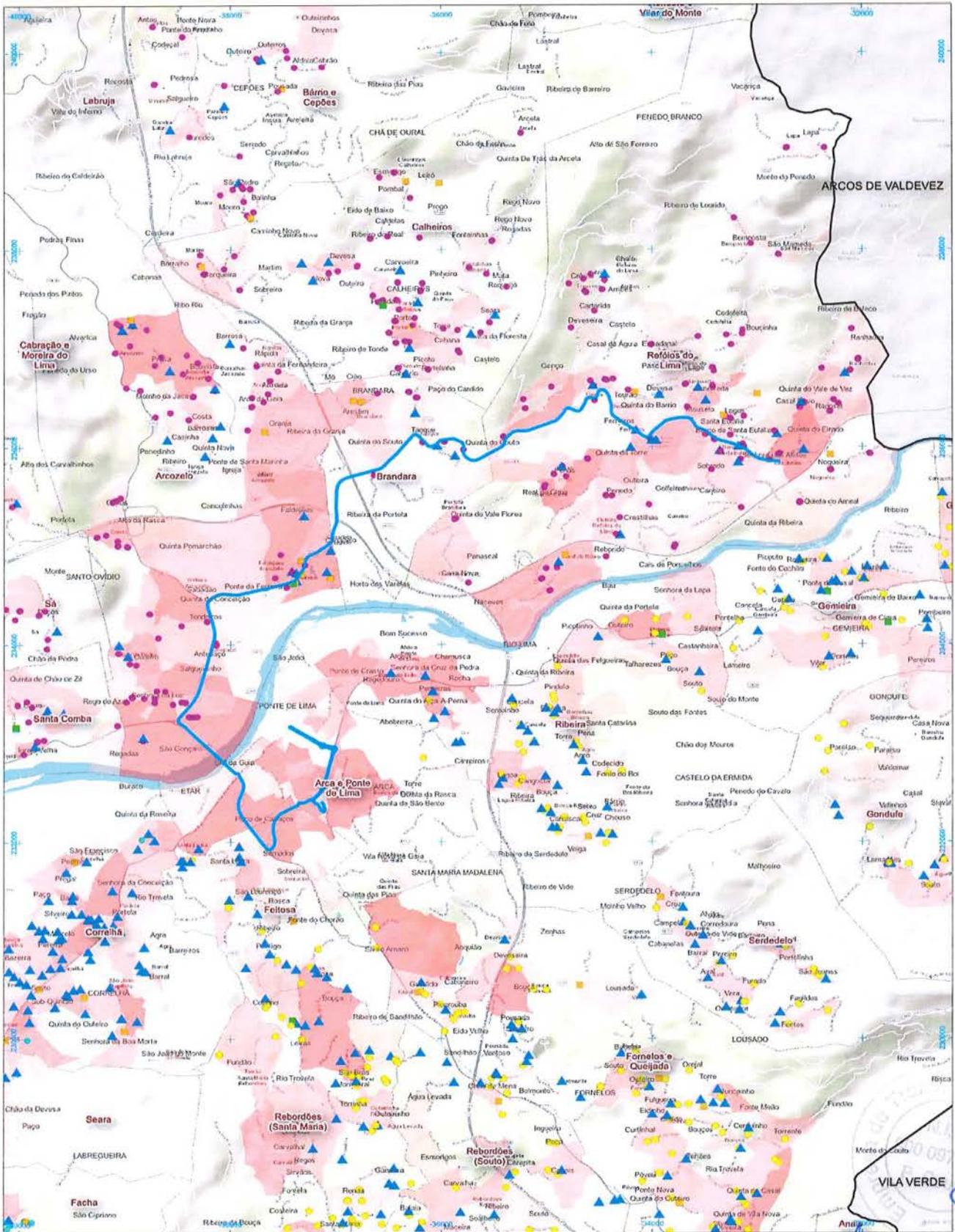
Legenda: A: anual; PE: período escolar; PF: período de férias escolares; D: dia útil; 4: quartas-feiras

As figuras seguintes apresentam a descrição dos percursos previstos neste acordo.



Figura 1 |

LINHA: Ponte de Lima - Refóios



— Linha a Contratar

Residência dos Alunos (>1.º Ciclo) - Val para?

- EB 2 e 3 António Feijó
- EB Corneição
- EB Freixo
- EBS Arcozelos 1
- EBS Arcozelos 2
- EPRALMA
- Escola Profissional Agrícola
- Escola Secundária Geral
- ▲ Escola Secundária (Profissional)

População Residente (BGR1 INE2011)

- 0 - 25
- 25 - 40
- 40 - 60
- 60 - 80
- 80 - 242

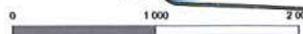
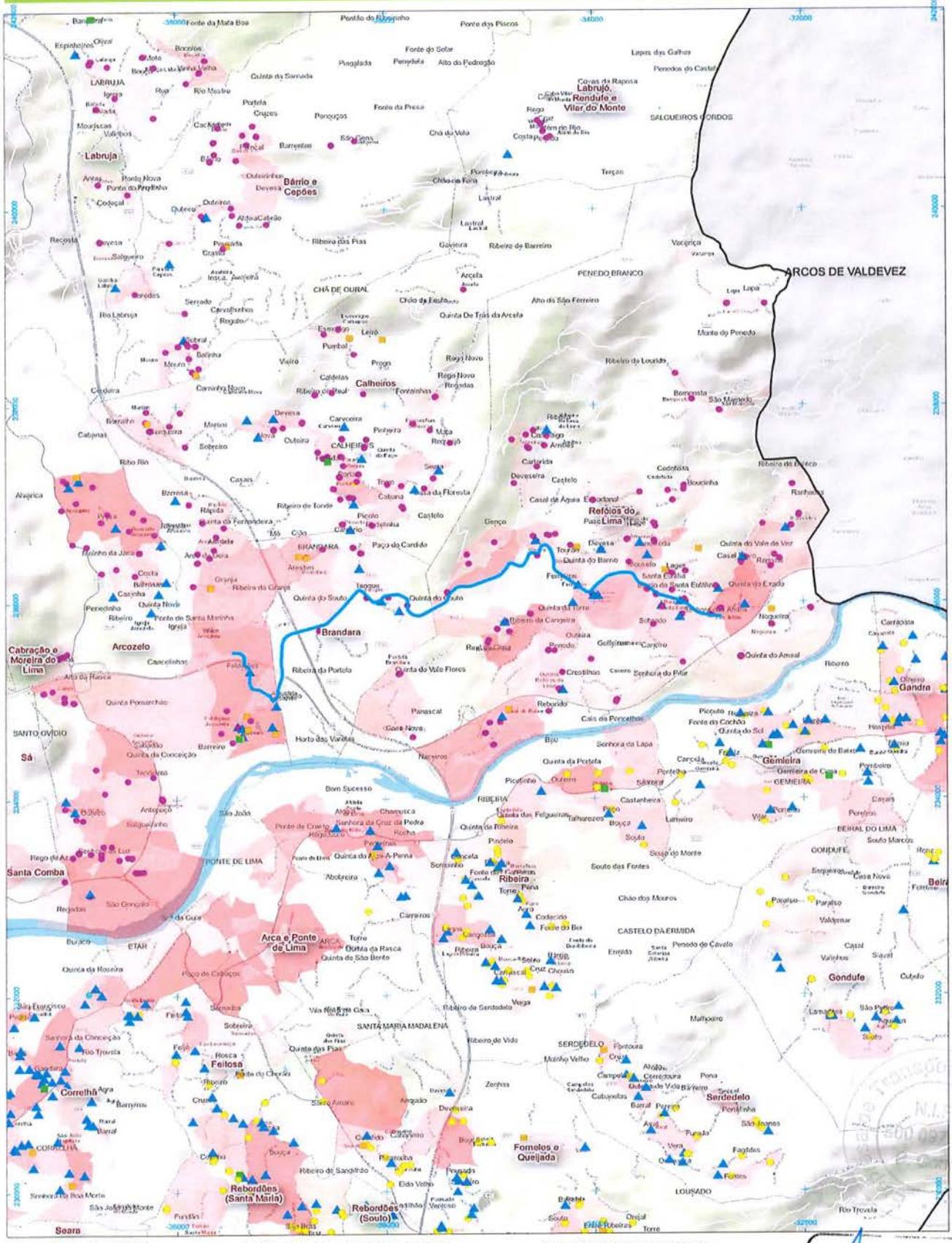


Figura 2 |

LINHA: Arcozelo (EBS) - Refóios



— Linha a Contratar

Residência dos Alunos (> 1.º Ciclo) - Vai para?

- EB 2 e 3 António Feljó
- EB Correlhã
- EB Freixo
- EBS Arcozelo 1
- EBS Arcozelo 2
- EPRALIA
- ▲ Escola Profissional Agrícola
- ▲ Escola Secundária Geral
- ▲ Escola Secundária (Profissional)

População Residente (BGR1 IEH2011)

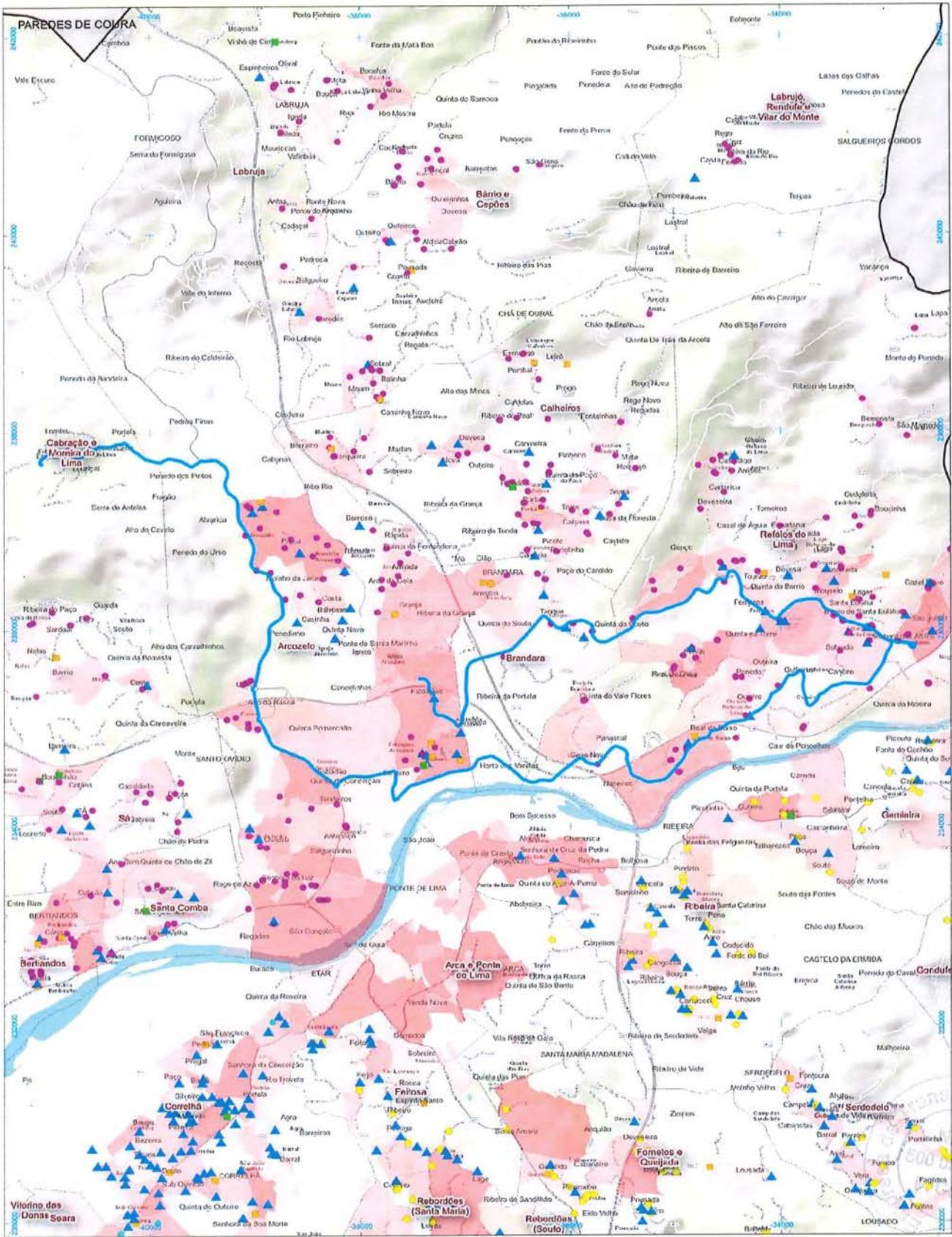
- 0 - 25
- 25 - 40
- 40 - 60
- 60 - 80
- 80 - 242

Município de **PONTE DE LIMA**



Figura 3 |

LINHA: Arcozelo (EBS) - Felgueiras/Arcozelo



— Linha de Contratualizar

Residência dos Alunos (>1.º Ciclo) - Val para?

- EB 2 e 3 António Feijó
- EB Correthã
- EB Freixo
- EBS Arcozelo 1
- EBS Arcozelo 2
- EPRALMA
- ▲ Escola Profissional Agrícola
- ▲ Escola Secundária Geral
- ▲ Escola Secundária (Profissional)

População Residente (BGR1 IINE2011)

- 0 - 25
- 25 - 40
- 40 - 60
- 60 - 80
- 80 - 242



ANEXO III

INDICADORES DE DESEMPENHO DO SERVIÇO E DEDUÇÕES POR FALHAS DE DESEMPENHO

1. OBJECTIVOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO

1.1. Os indicadores de desempenho e respetivas deduções a apurar são os seguintes:

Cumprimento do nº de circulações previstas

Indicador de desempenho:

$$I_{NCCP} = \left(1 - \frac{\sum(\text{Circulações não realizadas} \times C1)}{N^{\circ} \text{ de circulações previstas}} \right) \times 100$$

Em que:

- INCCP corresponde ao indicador de não cumprimento das circulações previstas, com duas casas decimais.
- Circulações não realizadas corresponde à soma de i) número anual de circulações comerciais de Serviços Regulares previstas no Plano de Oferta e Produção e não realizadas; com ii) número de circulações comerciais de Serviços de Transporte a Pedido relativamente às quais tenha existido pelo menos uma pré-reserva e não realizadas; ambos por motivo imputável ao Operador, conforme relatório gerado pelo Sistema de Apoio à Exploração e Sistema de Gestão de Reservas (Nota: as circulações não realizadas, por motivo não imputável ao Operador deverão ser devidamente justificadas pelo Operador, designadamente com indicação clara do local, hora e circunstâncias dos eventos anormais fora do controlo do Operador que motivaram a não realização da circulação).
- C1 corresponde ao coeficiente de circulação não realizada, o qual toma o valor de:
 - 5 para a última circulação diária de cada carreira, em cada sentido.
 - 3 para a primeira circulação diária de cada carreira, em cada sentido.
 - 1 para as restantes circulações.
- Nº de circulações previstas corresponde ao somatório anual do número de circulações comerciais de Serviços Regulares previstas no Plano de Oferta e Produção aprovado pela AT respetiva e do número de circulações comerciais de Serviços de Transporte a Pedido



para as quais tenham sido realizadas pré-reservas por parte dos passageiros, conforme relatório gerado pelo Sistema de Apoio à Exploração e Sistema de Gestão de Transportes a Pedido.

☐ Dedução:

$$D_{NCCP} = D1 \times (100 - I_{NCCP})$$

Em que:

- DNCCP corresponde ao valor de Dedução por não cumprimento das circulações previstas.
- D1 toma o valor de 150.000€ para o primeiro ano completo do Período de Exploração, sendo atualizado nos anos subsequentes de acordo com o fator de atualização do índice de preços do consumidor (sem habitação), publicado pelo Instituto Nacional de Estatística. Caso, num determinado ano, o número de meses do Período de Exploração seja inferior a 12, o valor de D1 será ajustado através de duodécimos, de forma proporcional ao número de meses do período de exploração.
- INCCP corresponde ao indicador de não cumprimento das circulações previstas.

Cumprimento de horários

Indicador de desempenho:

$$I_{NCH} = \left(1 - \frac{N^{\circ} \text{ de circulações com atraso}}{N^{\circ} \text{ de circulações previstas}}\right) \times 100$$

Em que:

- INCH corresponde ao indicador de não cumprimento de horários, com duas casas decimais.
- N° de circulações com atraso corresponde ao número anual de circulações comerciais de Serviços Regulares previstas e realizadas, mas com atraso à chegada, por motivo imputável ao Operador, conforme relatório gerado pelo Sistema de Apoio à Exploração e Sistema de Gestão de Reservas, superior ao estabelecido na Cláusula 30.ª do Caderno de Encargos.
- N° de circulações previstas corresponde ao somatório anual do número de circulações de Serviços Regulares previstas no Plano de Oferta e Produção aprovado pela AT respetiva e do número de circulações de Serviços de Transporte a Pedido para as quais tenham sido realizadas pré-reservas por parte dos passageiros, conforme relatório gerado pelo Sistema de Apoio à Exploração e Sistema de Gestão de Transportes a Pedido.



Dedução

$$D_{NCH} = D2 \times \text{maior}\{ (90 - I_{NCH}) ; 0 \}$$

Em que:

- DNCH corresponde ao valor de Dedução por não cumprimento de horários.
- D2 toma o valor de 10.000€ para o primeiro ano completo do Período de Exploração, sendo atualizado nos anos subsequentes de acordo com o fator de atualização do índice de preços do consumidor (sem habitação), publicado pelo Instituto Nacional de Estatística. Caso, num determinado ano, o número de meses do Período de Exploração seja inferior a 12, o valor de D2 será ajustado através de duodécimos, de forma proporcional ao número de meses do período de exploração.
- INCH corresponde ao indicador de não cumprimento de horários.

